

# OSWALDO ARANHA E A POLÍTICA PENDULAR DE VARGAS NO ESTADO NOVO

Auxilia Ghisolfi Freitas<sup>1</sup>

A presente comunicação analisa as relações de política externa entre Brasil e Estados Unidos, tendo como foco, a contribuição de Oswaldo Aranha como Ministro das Relações Exteriores do Brasil no período de 1937-1944 no regime do Estado Novo do Governo de Getúlio Vargas, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Oswaldo Aranha liderava o grupo que ambicionava uma aliança mais completa com os EUA enquanto, outro grupo, comandado pelos generais Dutra e Góes Monteiro, viam na Alemanha um importante parceiro comercial e militar. O objetivo geral é deter-se nas discussões e posicionamentos que cada grupo defendeu, evidenciando como estes determinaram o alinhamento do Brasil à causa aliada a partir de 1942.

Palavras-chave: Oswaldo Aranha. Brasil. Política Externa. Militares.

## ABSTRACT

This paper analyzes the foreign policy relations between Brazil and the United States, focusing on the contribution of Oswaldo Aranha as Brazilian Minister of External Relations from 1937 to 1944 under the New State regime of the Getúlio Vargas' government, in the context of World War II (1939-1945). Oswaldo Aranha led the group that was pursuing a more complete alliance with the United States, while another group, led by generals Dutra and Góes Monteiro, saw in Germany an important commercial and military partner. The general goal is to look into the discussions and positions that each group defended, evidencing how they determined the alignment of Brazil to the Allies after 1942.

Key words: Oswaldo Aranha, Brazil, Foreign Policy, Military.

---

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Vila Velha, Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

## INTRODUÇÃO

Na condução da política Externa Brasileira de meados da década de trinta até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Oswaldo Aranha ocupa um lugar de destaque não só pela importância de sua atuação, mas também pela fidelidade que demonstrou, durante toda sua vida pública, ao amigo Getúlio Dorneles Vargas. Desde a juventude, nasceu uma grande amizade, pelo menos por parte de Aranha, que se consolidou depois que se formaram em Direito. Em nome desta amizade, Oswaldo Aranha voltou atrás várias vezes em suas decisões, para não abandonar o amigo, o conterrâneo gaúcho e parceiro na Revolução de 1930. Sua lealdade a Vargas é o que mais chama a atenção quando se conhece sua trajetória. O mesmo não se pode dizer de Vargas. Demonstrando-se mais ardiloso e apegado ao poder, ao mesmo tempo em que criava oportunidades para a atuação política do amigo, lhe impunha certos limites à ascensão na hierarquia política do país.

Durante o regime do Estado Novo (1937-1945), Oswaldo Aranha assume a condução da política externa brasileira como Ministro das Relações Exteriores, num contexto em que houve ascensão de governos totalitários com sustentação militar e com fortes objetivos expansionistas, que encontravam simpatizantes no governo brasileiro. Esta simpatia gerou embates que influenciaram a política externa pendular de Vargas.

A figura de Oswaldo Aranha como *Homem de Estado* é fundamental para se discutir os embates travados entre as alas pró-germânica e pró-americana, durante o período do Estado Novo, e descrever como as forças de pressão interna contribuíram para a oscilação da política pendular.

Duroselle, apud Renouvin, (1967) considera que a figura do *Homem de Estado* é essencial na política internacional. Para este autor é fundamental estudar o indivíduo que está no poder para compreender a política adotada pelo mesmo, já que o estudo das forças que atuam sobre o *Homem de Estado* pode não explicar a tomada de decisão.

Analisando as decisões de Aranha, observa-se que as mesmas nem sempre são tomadas a partir de um ponto de vista pessoal, mas a partir das pressões,

tanto internas quanto externas, às quais esteve submetido. Duroselle destaca a importância do interesse nacional dentro do processo decisório, afirmando que, apesar de haver dificuldades na sua definição, o *Homem de Estado* deve levar em conta este elemento. No Brasil, seja Oswaldo Aranha na condução da política externa brasileira, ou Vargas nas decisões do governo, ambos tomaram decisões justificadas pela defesa de tal interesse.

Logo, pode-se observar que à luz de Duroselle as decisões tomadas por Aranha e todo o *Staff* que compõe o governo do Estado Novo são fruto dos embates políticos, econômicos e ideológicos, que se apresentaram de forma diametralmente oposta. Os embates mais consistentes travaram-se, entre a ala pró-Eixo liderada pelos chefes militares e os pan-americanistas, liderados pelo chanceler Oswaldo Aranha.

## **1 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE OSWALDO ARANHA**

Oswaldo Aranha nasceu em Alegrete (RS). Formou-se em Direito no ano de 1916, então com 22 anos de idade. Em princípios de 1917 já exercia sua atividade profissional. Por volta de 1923 ingressou no Partido Republicano Rio grandense (PRR), Entre 1925 e 1927, atuou como intendente no município de Alegrete. Em 1927, elegeu-se deputado federal. No ano seguinte, com a posse de Vargas no governo do Rio Grande, foi nomeado Secretário Estadual do Interior e Justiça. Foi um dos principais líderes da Aliança Liberal e liderou ainda o grupo que negociou a posse de Vargas no Governo Provisório após a Revolução de 1930.

Já no Governo Provisório, Oswaldo Aranha assumiu inicialmente a pasta da Justiça e Negócios Interiores e posteriormente, a pasta da Fazenda. Iniciava-se assim um novo caminho, fora da terra natal, onde Aranha construiu de fato uma vida pública que teria lugar de destaque não só na história política do Brasil, mas também fora dele. Passados os quatro anos iniciais no governo Vargas e decepcionado com os rumos do governo provisório, Oswaldo Aranha solicitou seu afastamento do governo, mas Vargas não aceitou e ofereceu-lhe então o mais importante posto diplomático do Brasil como embaixador em Washington. A possibilidade de viver novas experiências agradou a Aranha que aceitou o convite e iniciou uma nova fase em sua trajetória, agora nos Estados Unidos.

## 1.10 fascínio de Oswaldo Aranha com a sociedade americana.

Oswaldo Aranha chegou a Nova York em setembro de 1934, depois de um longo e conturbado período à frente do Governo Provisório e encantou-se com o que viu. De acordo com Hilton, (1995 p.189) ao desembarcar do trem que o levava de Nova York para Washington exclamou: “maravilhoso”. Aranha não tinha experiência diplomática, mas havia se demonstrado habilidoso nas relações políticas da conjuntura nacional. Sendo amigo de Vargas e principal articulador do movimento que o levou ao poder, certamente Vargas quis prestigiar o amigo e ex-ministro da Fazenda com um cargo estratégico para o Brasil.

Hilton descreve a experiência de Aranha em Washington mostrando todo seu “encantamento” com a cidade e o modo de vida das pessoas. Ao sair do Brasil, o embaixador passa pela Europa, onde pretendia encontrar-se com Mussolini para tratar de um acordo comercial entre os dois países, mas não conseguiu, pois, o líder italiano estava fora do país. Partiu então do porto de Nápoles, no dia 05 de setembro de 1934, chegando à Nova York uma semana depois. Naquela mesma noite foi homenageado num jantar oferecido pela Pan-American Society onde proferiu as seguintes palavras: “para nossos povos, tão ligados pelo passado e unidos pelo mesmo amor à democracia, um grande futuro nos é reservado que nos aproximará muito mais” (Hilton, 1994, p.189).

Em carta endereçada a Vargas, descreve suas primeiras impressões sobre a cidade de N. York.

É uma construção ciclópica do milagre americano. Excede qualquer expectativa. É inacreditável! Ninguém pode fazer uma ideia e, uma vez chegado, a ninguém é dado compreender tanta majestade e grandeza. Para aguçar a tua curiosidade basta-me dizer que é a maior cidade *italiana* do mundo, [...] a maior cidade *Irlandesa* e o maior empório judaico! [...] O problema do tráfego é tal que ao mesmo tempo anda-se na rua, no subterrâneo e nos *hayway* [sic], caminhos elevados, pontes sem fim, por cima das ruas onde passam bondes, autos e gente! [...] A vida em N. York, o comércio, a indústria, as rendas excedem em volume as de grandes potências europeias! [...] A Vindinha renegou suas origens francesas, envergonhadas da Europa, velha e reumática, ante este gigante de beleza e proporções novas e majestáticas (p.190).

Durante sua estadia em Washington, Oswaldo Aranha escreveu inúmeras cartas. Nelas descreveu não só seu entusiasmo com o país, mas também o quanto gostou de desenvolver a missão. Em uma delas, enviada ao conselheiro pessoal de Vargas, Valentim Bouças, Aranha afirma: “Estou exultante! Esta missão foi, para mim, um presente dos céus. [...] Não imaginas como me sinto bem e com disposição de aprender e trabalhar” (Hilton 1994, p. 191).

Passados menos de um mês, em 10 de outubro, Aranha já havia formado uma opinião a respeito da sociedade americana que o impressionava cada dia mais. Nesta data, reporta a Vargas detalhes do tratamento dispensado a ele pelos norte-americanos.

Este povo é de uma amabilidade incrível. [...] não encontrei uma *cara torcida*, não surpreendi um gesto de má vontade, enfim, qualquer atitude indelicada do *chauffeur* ao homem de maior autoridade neste país. Todo mundo é educado, amável, jovial. [...] isto na cidade, na campanha, nas ruas, nas estradas, nas casas públicas e nas repartições. [...] No Departamento de Estado, onde tenho estado em várias conferências, a impressão que nos dão os ministros e os técnicos é de conversações amigas, quase fraternas (Hilton 1994, p. 191).

Já em outras cartas descreve a cidade de Washington falando dos jardins, da ausência de muros e dos parques maravilhosos. Compara os funcionários consulares e os diplomatas a “uma grande família, que vive sua burocracia com conforto e alegria”. Menciona ainda as ruas largas e os edifícios muito altos. Referindo-se às medidas para evitar o congestionamento do trânsito observa: “todo mundo tem, aqui o seu automóvel”. E conclui:

Não tens ideia da organização moral, política e social deste povo! É uma criação maravilhosa do progresso e da Democracia. Isto aqui muda muito as nossas concepções. A evidência da vida e da organização desta gente faz luz sobre muitas dúvidas e erros arraigados entre nós (Hilton 1994, p. 190/191).

O entusiasmo pela cultura e organização da vida nos Estados Unidos, associado à necessidade que o cargo lhe exigia, fez com que Aranha visitasse outras cidades americanas, indo inclusive à Chicago que naquela época era o centro comercial, industrial e financeiro do país, para estabelecer contatos com

distribuidores de café. Voltou da viagem reforçando suas impressões sobre a pujança econômica do país que acabara de passar pela mais grave crise econômica de sua história.

Novamente, escrevendo à Vargas opinou sobre os efeitos da depressão econômica de 1929 que, sob seu ponto de vista, seriam transitórios e menos graves do que vinha sendo noticiado pelos jornais brasileiros. Em determinado trecho afirma: “pois bem Getúlio, o meu desejo seria que as casas e as vidas dos nossos *com trabalho* fossem como dos *sem trabalhos* americanos” (p.192).

Em outro trecho, reforça a imagem favorável que havia formado:

Estive em Chicago quase uma semana. A feira foi visitada este ano por 20 milhões de pessoas, tanto quanto no ano passado e por toda a parte nota-se o mesmo turbilhão humano, bem vestido, forte, apressado e feliz.... É incrível este país.... Neste momento faz-se aqui a maior represa do mundo, Boulder Dam, a maior usina – Mescle Shoals – e a maior ponte, a de São Francisco, obras colossais que tornam ridículas as 7 maravilhas.... Este país tem mais riqueza do que todo o resto do mundo. O orçamento de uma cidade como Chicago é maior do que o da Itália. O de Nova York é várias vezes o nosso. O número de automóveis numa cidade média aqui é maior do que de todo o Brasil! [...] não creio que exagero, nem estou deslumbrado. Estou vendo e anotando fatos. (HILTON, 1994, p. 192).

Reconhecendo que insistia nos elogios ao país, observou que seus comentários tinham como objetivo conhecer melhor a realidade e contribuir para que a sociedade norte-americana viesse a ser fonte de inspiração para os brasileiros.

Ao chegar a Washington, Oswaldo Aranha, que havia atuado na pasta do Ministério da Fazenda do Governo Provisório, já era partidário de relações estreitas com os Estados Unidos por causa do peso daquele país na economia do Brasil. Hilton (1994, p. 214) afirma que “as ideias de Aranha sobre as relações com os Estados Unidos nasceram das estatísticas do comércio exterior”, pois entre 1933 e 1934 aquele país absorveu mais de 22% das exportações do Brasil e forneceu 43% das suas importações. Se as ideias nasceram das estatísticas numéricas, certamente, consolidaram-se quando viveu nos Estados Unidos e vivenciou de perto o modo de vida e a organização política, econômica e social daquele país.

Certamente ao defender um relacionamento especial com os Estados Unidos, em tempo de crise no sistema internacional, o embaixador considerava a posição agroexportadora do Brasil, dependente de investimentos estrangeiros. Neste aspecto adotou uma postura pragmática por estar convencido que, tanto economicamente quanto ideologicamente seria mais vantajoso manter a política clássica de uma relação especial com os Estados Unidos, dentro de uma perspectiva liberal do que, através do comércio compensado com a Alemanha.

Outro fato que explica a defesa contundente de Aranha aos Estados Unidos é a difusão dos valores culturais norte-americanos no Brasil que, juntamente com a pressão econômica se tornam as principais armas da política externa americana. A ação efetiva do comitê interamericano demonstrou-se eficiente e convenceu os brasileiros a consumir não só os filmes, a música, mas também hábitos alimentares e o vocabulário. Esta influência não ficou restrita aos círculos do poder e de tomadas de decisão, do qual Aranha fazia parte, mas atingiu boa parte da população. Desta forma, quando o Brasil estreita suas relações com os EUA em detrimento da Alemanha, o próprio país como um todo já se encontrava imerso sobre a influência dos Estados Unidos.

## **1.2 Oswaldo Aranha Embaixador**

Oswaldo Aranha assumiu como embaixador plenipotenciário no dia 17 de setembro de 1934, cargo este de grande responsabilidade, uma vez que o mesmo não tinha experiência no campo diplomático externo, mas dominava como poucos a diplomacia interna. O contexto no qual Aranha iniciou as negociações era de intensa competição entre os países que defendiam o livre comércio e os que advogavam o comércio protegido.

No Brasil havia uma polêmica entre protecionismo industrialista e liberalismo clássico em matéria de comércio exterior. Já no âmbito internacional, o livre-comércio era defendido por países de grande produtividade industrial e capacidade financeira, como os Estados Unidos, que consideravam esta política a única capaz de restaurar o comércio internacional após a crise de

1929. Por outro lado, o comércio protegido era a política defendida por países como a Alemanha, que haviam sido duramente atingidos em suas exportações e importações durante a grande depressão e não dispunham de meios de pagamento para realizar o comércio internacional. A partir do estabelecimento do governo nacional-socialista na Alemanha (1933), a competição germano-americana deixou de ser apenas comercial e assumiu uma forte conotação político-ideológica.

No Brasil, o contexto desencadeado com o episódio do Plano Cohen<sup>2</sup>, promovia uma conspiração militar comandada pelo alto comando do Exército que encontrava reciprocidade nas aspirações e manobras de Vargas. Esse processo culminou com a decretação do Governo autoritário do Estado Novo que manteve Vargas no Poder.

Hilton (1994, p. 253) afirma que “apesar do caráter inquietante das comunicações que recebia do Brasil, sobre a união das forças armadas, integralistas e o Catete, Oswaldo Aranha ainda alimentava esperanças de que Vargas respeitasse o processo eleitoral”. Entretanto a notícia que recebeu de seu irmão Luiz, do Rio de Janeiro, confirmava suas inquietações.

Ao receber a notícia da intervenção federal no Rio Grande do Sul, seu Estado Natal, e a imposição de um governo autoritário, Aranha expressa toda sua tristeza com as seguintes palavras:

[...]. Esta manhã, ao ter a notícia da intervenção no Rio Grande, chorei, sem querer, as lágrimas mais amargas que já verteram meus olhos pela sorte do meu país. [...]. Não posso ainda formar um juízo definitivo sobre as razões e objetivos de um ato tão brutal (Hilton 1994, p. 253).

A implantação do Estado Novo repercutiu favoravelmente na Itália e Alemanha, mas de forma negativa nos Estados Unidos. No Departamento de Estado reinou absoluta consternação. Os jornais noticiavam ainda a decisão de Vargas de mandar suspender o serviço da dívida externa, provocando um choque na comunidade financeira americana. A situação preocupava o governo dos

---

<sup>2</sup>Documento integralista sobre uma ameaça comunista no Brasil “descoberto” pelo Estado Maior do Exército onde continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas.



Estados Unidos e rapidamente o subsecretário americano Sumner Welles enviou instruções ao embaixador americano no Rio de Janeiro para avaliar até onde iam as influências do Eixo e dos integralistas sobre os acontecimentos.

Ao ler a carta na qual Vargas explica seus motivos, Oswaldo Aranha responde por telegrama condenando o golpe e pedindo sua demissão do cargo de Embaixador do Brasil em Washington. Após tentar demovê-lo de sua decisão, Vargas aceita a demissão pedindo apenas que Aranha permanecesse nos Estados Unidos até que a situação fosse normalizada. O Embaixador aceitou, mas, instou Vargas a modificar a Constituição, afirmando ser ela incompatível com as tradições brasileiras e seus sentimentos pessoais.

Aranha embarcou de volta para o Brasil no dia 11 de dezembro de 1937. Em um mundo que caminhava rapidamente para a Guerra, estava absolutamente convencido de que um reforço no relacionamento especial com os Estados Unidos seria vital para a segurança do Brasil, não só por questões ideológicas, mas também econômicas e geográficas. Apesar do abalo pessoal com a conjuntura política no Brasil, Oswaldo Aranha ainda mantinha certo otimismo, pois a experiência à frente da embaixada brasileira em Washington havia lhe proporcionado amplo conhecimento de política internacional.

A conjuntura favorecia ao Brasil devido à cisão provocada nos blocos expansionistas, liderados pelos Estados Unidos e Alemanha e, Aranha via a defesa do pan-americanismo e da democracia, como a melhor saída para os Estados Unidos. Mais tarde, por volta de 1940, este foi o caminho trilhado pelos formuladores da política externa americana, pois constataram que, somente a difusão dos valores democráticos não seria suficiente. Passaram então a defender a ideia de pan-americanismo, pois esta lhe era conveniente e servia como uma espécie de amálgama, para ligar os valores culturais e ideológicos, aos interesses do comércio liberal.

Através da leitura das cartas e discursos de Aranha, é possível constatar que a admiração que já cultivava pelos norte-americanos aumentou durante sua estadia em Washington. Cresceu também sua compreensão dos valores

democráticos enquanto pilares da sociedade norte-americana. Ao descrever as ruas, as casas dos trabalhadores mais simples, a gentileza das pessoas nas repartições, Aranha, que já admirava aquela sociedade, passou a desejá-la como uma possibilidade a ser construída no Brasil. Para isto, manter uma boa relação com os Estados Unidos seria fundamental. Nesse sentido, o esforço então seria *americanizar* o Brasil antes que ele voltasse a “*europizar-se*” sob a influência das forças do eixo e seu comércio antiliberal. Pode se dizer, que os Estados Unidos encontraram em Oswaldo Aranha, seu mais fiel defensor aqui no Brasil.

## **2 OSWALDO ARANHA NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: EMBATES ENTRE A ALA PRO-AMERICANA E PRÓ-GERMÂNICA NA POLÍTICA EXTERNA PENDULAR DO ESTADO NOVO**

O golpe do Estado Novo liderado pelo próprio presidente Vargas, com apoio dos militares, interrompeu o curto período democrático, instalou um regime de exceção com simpatias aos modelos autoritários e centralizadores, obrigando a convivência de diferentes posições ideológicas no interior do governo. Oswaldo Aranha, que aceita continuar no governo, agora como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, liderava o grupo que ambicionava uma aliança mais completa com os EUA, enquanto, outro grupo, comandado pelos generais Dutra e Góes Monteiro, viam na Alemanha um importante parceiro comercial e militar. Este embate gerou enfrentamentos na tentativa de influenciar Vargas na tomada de decisões, sendo apontado por Moura (1980) como o ponto central da política pendular, adotada para barganhar acordos comerciais com ambas as potências antagônicas.

Oswaldo Aranha toma posse como Ministro de Relações Exteriores em 1938, após aderir ao regime Estado Novo. Ricardo Seitenfus (1985, p. 190) avalia que “a partir de então fica claro entre os dois homens que cada um deles se ocupará exclusivamente de uma única face da política brasileira: a externa cabe a Aranha e a interna a Vargas. ” No âmbito internacional, o mundo caminhava para guerra com Hitler anexando a Áustria. Na agenda do ministério estavam colocadas questões espinhosas como a presença das colônias

alemãs no Brasil e seus reflexos sobre as relações com Berlim, além da rivalidade Argentina. O comércio liberal com os Estados Unidos, sempre a grande prioridade de sua gestão, era considerado por ele, o caminho mais seguro para a manutenção da defesa hemisférica. Sua diplomacia e seus objetivos eram muito semelhantes aos do Barão do Rio Branco no início da República. Ambos trabalharam para elevar o Brasil à supremacia na América do Sul considerando seu potencial demográfico e econômico. Para isto, pautou sua atuação, tanto na política interna como na externa, como de costume, na busca da conciliação, aproximação e harmonização dos interesses entre os países do hemisfério e as potências com quem o Brasil mantinha acordos comerciais.

Compondo a ala pró-Eixo ou nacionalistas, Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, Pedro Aurélio de Góes Monteiro chefe do Estado Maior do Exército (EME), juntamente com o chefe de polícia Felinto Muller, formavam o trio que admirava não só a ideologia, mas principalmente o doutrinamento, a disciplina e as poderosas armas de guerra da Wehrmacht<sup>3</sup>. O fascínio que os militares brasileiros nutriam pelas forças armadas alemãs pode ser mais bem compreendido quando comparado com outros exércitos. Enquanto a França, que havia treinado o exército brasileiro, dispunha de grande quantidade de cavalos e se enaltecia por ter os melhores pombos correios da Europa, a Alemanha dispunha de unidades blindadas móveis e armas com grande capacidade de tiro individual. Num contexto de guerra é plausível que a ala pró-eixo defendesse seus argumentos favoráveis à manutenção dos contratos de armamentos com Berlim.

No jogo de forças políticas e de acordo com a Constituição do Estado Novo, Vargas assegurava sob seu controle as funções executivas e legislativas. Não havia congresso nem assembleias estaduais e os partidos políticos também haviam sido abolidos. A polícia do Rio de Janeiro, sobre o comando de Felinto Muller agia com total liberdade, sem supervisão judiciária. Desta forma, Oswaldo Aranha compunha um governo com as seguintes características:

Muller era simpatizante da Alemanha e Francisco Campos exibia fortes tendências fascistas. Dutra e Góes Monteiro eram nacionalistas autoritários e anticomunistas ferrenhos;

---

<sup>3</sup>Forças armadas da Alemanha no Terceiro Reich

desprezavam o liberalismo e ambos admiravam a disciplina e a força do exército alemão (HILTON, 1991, p. 265).

Como membro de um governo ideologicamente dividido, Aranha sabia que poderia contar com poucos aliados. É neste conjunto de forças opostas que o Chanceler irá negociar e defender o apoio do Brasil à causa aliada na Segunda Guerra Mundial tendo como condição, o financiamento para a construção de uma Siderúrgica e o reequipamento das forças Armadas, problemas estes que se colocaram como principais na agenda do governo a partir de 1937.

Referindo-se as divisões no interior do governo, entre os elementos pró e ante Eixo, Moura menciona uma reunião do Conselho Nacional de Segurança ocorrida em julho de 1939, a qual analisou as possibilidades de uma guerra na Europa. Naquela ocasião, houve total consenso sobre a neutralidade brasileira em caso de guerra, mas surgiram preferências políticas sobre a questão de onde o Brasil deveria comprar os armamentos necessários para a sua própria defesa. De acordo com o autor,

Vargas queria descartar os fornecedores europeus. O general Francisco José Pinto, ministro-chefe da Casa Civil, preferia comprá-los dos Estados Unidos. O general Eurico Dutra, ministro da Guerra, queria comprá-los da Alemanha. Aristides Guillen, ministro da Marinha, era fiel aos fornecedores britânicos, (MOURA, 2012, p.58)

As profundas divisões políticas e ideológicas no interior do aparato estatal colocavam Vargas como “juiz supremo” das relações exteriores e principal ator na tomada de decisões sobre o rumo da política externa brasileira. Os estudos de Moura são amplos no sentido de mostrar como o pragmatismo de Vargas, explorou as possibilidades abertas com o conflito. Conforme as palavras do autor:

O resultado destas divisões e do papel preeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante os anos trinta era uma disposição permanente de explorar as melhores oportunidades criadas pela concorrência entre EUA e Alemanha por influência no Brasil. Em geral, a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares. Esta política de equilíbrio pragmático entre a Alemanha e os Estados Unidos produziu uma série de benefícios comerciais e aumentou o

poder de barganha do Brasil nos anos vindouros (MOURA, 2012 p. 51).

Conforme já mencionado, Estados Unidos e Alemanha propunham tipos diferentes de comércio exterior. Por esta razão, no Brasil o debate doméstico sobre a questão tinha sérias implicações políticas, tanto internas quanto externas. Dentro do país, polêmicas dividiam classes, grupos de interesse e até órgãos estatais, de maneira que não se pode falar de uma visão unitária das classes dominantes a respeito da economia brasileira. Estes interesses e demandas contraditórias convergiam nos órgãos do Estado, nas etapas decisórias mais altas, bem como nas intermediárias, principalmente no que se refere à possibilidade de compra de armamentos. Esta situação levou Vargas a adotar o que Moura denomina de *equilíbrio pragmático* particularmente nos últimos anos da década de 1930.

## **2.1 Aranha e Góes: visitas aos Estados Unidos**

A questão da defesa hemisférica passou a ser o foco da atenção norte-americana em relação à América Latina, após a conferência interamericana do Peru ocorrida em 1938. Diante da possibilidade de alastramento da guerra para fora da Europa, os Estados Unidos elaboraram um plano de defesa que juntamente com a penetração cultural, buscava obter o apoio político e ideológico dos governos latino americanos. É neste contexto que o governo brasileiro recebe um convite pessoal de Roosevelt para uma conversa em janeiro de 1939. Foi então enviada a Washington a *missão Aranha*, chefiada pelo Ministro de Relações Exteriores Oswaldo Aranha.

De ambas as partes havia grande expectativa. Aranha buscava apoio concreto para atender aos objetivos da Política Externa brasileira. Roosevelt requisitava uma colaboração mais íntima do governo brasileiro, principalmente em relação à possibilidade de envio de tropas para o nordeste.

Hilton relata detalhes da missão Aranha mostrando que o chanceler e seus auxiliares realizaram vários encontros com ministros de Estado, assessores de Roosevelt, deputados, senadores e representantes do setor privado, para debater assuntos econômicos e financeiros. De acordo com o autor, o pacote

de assistência proposto pelo secretário do tesouro americano Henry Morgenthaw incluía:

U\$ 20 milhões para liquidar os congelados comerciais, um crédito de U\$ 50 milhões para a compra de equipamento industrial e de transporte americano e ajuda para o estabelecimento de um banco central. [...] quanto ao auxílio para projetos de desenvolvimento, prontificou-se a fornecê-lo, sugerindo a organização de uma corporação binacional com capital de U\$ 100 milhões, a metade do qual a ser suprida pelo governo americano (HILTON, 1994, p.307).

A proposta excedeu as expectativas de Aranha, mas ao final, não se concretizou. Roosevelt não quis se desgastar politicamente solicitando ao congresso uma lei que autorizasse empréstimos ao Brasil, uma vez que o pagamento da dívida externa brasileira, decretada por Vargas no ano anterior, mantinha-se suspenso. Aranha reconhecia que a suspensão dos pagamentos se constituía um problema sério para a argumentação do governo americano perante o congresso e a opinião pública dos Estados Unidos. Para fechar o acordo, exigiam uma declaração do Brasil sobre a intenção de retomar os pagamentos dos juros.

Apesar da pouca receptividade no governo brasileiro, Brasil e Estados Unidos assinaram uma série de acordos que estabeleciam a concessão de créditos para viabilizar a criação de um Banco Central brasileiro; além de outros créditos a reativação do intercâmbio comercial entre os dois países. Em contrapartida, a missão Aranha assumiu em nome do governo brasileiro o compromisso de liberar o câmbio para as transações comerciais, facilitar a transferência de lucros de empresas norte-americanos instaladas no Brasil e retomar o pagamento da dívida externa (HILTON, 1994).

Os modestos resultados e o excesso de promessas resultaram em críticas permitidas pela censura de Felinto Muller. O jornal Correio da Manhã publicou que “o Brasil não poderia abrir mão de seu intercâmbio com a Alemanha em troca de “vagas promessas” de Washington. O diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil renunciou ao cargo em protesto quando soube do compromisso assumido sobre o controle cambial. Hilton (1994, p. 310) chama a atenção para o dissídio interno o qual Oswaldo Aranha estava submetido.

Menciona que após seu embarque para os Estados Unidos, o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS vigiara membros do ministério, ligados a Aranha, pois havia expectativa de “um movimento para mudar o regime a ser desencadeado com sua volta dos Estados Unidos”.

Ao regressar, Oswaldo Aranha teve seus passos observados de perto por agentes do DOPS, pois havia muita expectativa no seu retorno. Citando um relatório secreto do chefe do DOPS, capitão Felisberto Batista, Hilton (1994, p. 310) mostra que houve por parte de setores do governo, certa satisfação com o colapso daquela esperança. De acordo com o relatório, havia “um choque de opiniões de duas poderosas correntes, uma consubstanciando as aspirações nacionalistas encabeçada pelos militares e outra encarnada no ideal pan-americano”. Ainda de acordo com Hilton os resultados da Missão Aranha estavam em seus efeitos em longo prazo, pois representava o início de um processo de consulta bilateral que se transformaria numa verdadeira aliança. Mas na verdade, no curto prazo, a missão não fortaleceu a posição do chanceler face à ala dos militares.

O Resultado mais concreto da missão foi a troca de visitas dos chefes militares – a vinda de Marshall ao Brasil em maio de 1939 e a ida de Góes Monteiro aos Estados Unidos um mês depois, – as quais, assentou as bases para a colaboração militar subsequente entre os dois países. Marshall via sua visita ao Brasil como um sucesso total. Góes Monteiro, inicialmente, demonstrou-se desinteressado, afirmando que o exército brasileiro baseava sua doutrina nos ensinamentos franceses e por este motivo, tinha pouco a aprender com os americanos. Outra questão que impedia Góes de aceitar o convite era o recebimento de munições da Alemanha. Entretanto, foi convencido e aceitou conhecer o poder de fogo do exército americano. Góes foi muito bem recebido pelas autoridades militares e civis dos Estados Unidos, e melhorou consideravelmente sua opinião sobre a capacidade de defesa do exército americano, após sua visita ao país. Contudo, mesmo após a visita a parceria com os Estados Unidos não ficaria totalmente definida. Enquanto a marinha se mantinha fiel aos seus fornecedores britânicos, o exército se dividia entre as

vantagens e desvantagens da parceria com a Alemanha ou com os Estados Unidos.

## **2.2 A neutralidade Pragmática de Vargas**

Com a deflagração da guerra no cenário europeu em setembro de 1939 o Brasil, como as outras nações americanas tentaria manter-se neutro em relação ao conflito europeu. Entretanto, à vulnerabilidade do nordeste brasileiro preocupava o governo Roosevelt que sinalizou seu interesse em avançar nas conversações sobre temas que interessavam ao Brasil. Na pauta estavam colocadas as negociações para a venda de armamentos e a implantação da siderúrgica com empréstimos provenientes de capitais norte-americanos. Muitas propostas e rodadas de conversas, mas a única concreta por parte do governo norte-americano era o envio de soldados, o que feria a soberania nacional principalmente nos altos escalões do exército.

Em maio de 1940, o bloqueio naval britânico retirou a América Latina da esfera de ação comercial alemã. Desta forma, alguns problemas que geravam discussões, tanto internas como externas, foram em parte, minimizados pelo Rei Inglês, pois diminuiu sensivelmente a presença de produtos europeus e facilitou a penetração dos produtos norte-americanos na América Latina. Os debates concentraram-se então nas negociações com os Estados Unidos. A meta de Vargas era usar pragmaticamente a conjuntura para forçar os americanos a investir na siderurgia.

A correlação de forças mais uma vez se alterou em decorrência do ataque japonês a Pearl Harbor, ocorrido em 07 de dezembro de 1941, sendo considerado por Moniz Bandeira, o estopim que faltava para atrair os Estados Unidos à guerra. A direção do sistema político brasileiro já tinha, naquele momento, um rumo claro e definido a favor dos aliados, mesmo declarando guerra ao Eixo apenas no último momento da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, sediada no Rio de Janeiro entre os dias 15 a 28 de janeiro de 1942. (BANDEIRA, 1978).

Após longas conversações e discursos de Vargas, os quais exaltavam o poder dos alemães e preocupavam Washington, o governo norte-americano cedeu e



concedeu ao Brasil os capitais necessários para a construção da siderúrgica brasileira. A embaixada estadunidense no Rio de Janeiro estava convencida que a ameaça de Getúlio de se voltar para a Alemanha era séria e poderia tornar-se realidade se as conversações e promessas dos Estados Unidos não se convertessem em atitudes concretas. Discussões foram realizadas em agosto de 1940 em Washington, e no final de setembro, chegou-se a um acordo. Segundo esse acordo, o governo brasileiro construiria a siderúrgica, a compra do maquinário seria realizada através de empréstimos do Eximbank e a assistência técnica seria fornecida por empresas privadas estadunidenses.

Em 09 de maio de 1941, foi assinado o contrato com o Eximbank criando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Para Moura (2012, p. 66) “a siderúrgica era o preço para assegurar a boa vontade brasileira para com as reivindicações estadunidenses”. Edmundo de Macedo Soares e Silva foi nomeado diretor-técnico da nova companhia na assembleia de sua constituição e acompanhou todas as etapas de construção da usina até junho de 1946, quando entraria em funcionamento. E, a essas alturas, a boa vontade brasileira era essencial ao planejamento estratégico dos Estados Unidos. O Brasil obteve ainda financiamento para compra de armamentos e equipamento das forças armadas.

Analisando aspectos da conjuntura externa, observa-se que a relação entre Brasil e Estados Unidos às vésperas da Segunda Guerra não se apresentava como um jogo de imposição e aceitação obediente, mas de percepções que cada ator desenvolvia naquele cenário. Por mais assimétrica que seja a posição econômica entre os dois países, o contexto da guerra obrigou o governo Roosevelt a fazer concessões, assinar convênios e acordos que, numa conjuntura de paz, não se sentiria pressionado a fazer.

Por outro lado, Vargas demonstrou ter total percepção da posição que o Brasil ocupava e soube obter dela os ganhos que desejava. Estes, não foram atendidos em função do poder do Brasil, mas porque foram feitas no momento adequado, quando os Estados Unidos precisavam do Brasil para assegurar não só a segurança do Hemisfério, mas consolidar sua posição hegemônica no continente. Desta forma, não se pode falar em virtude dos membros do

governo, mas dar a estes, o crédito por terem tido a compreensão das oportunidades que se abriram e a habilidade para explorá-las. Mesmo sendo o governo do Estado Novo marcado por dissídios internos, souberam impor sua percepção para além de afinidades ideológicas visando a busca do interesse nacional do Brasil e tirando proveito de uma conjuntura, a qual os Estados Unidos não podiam impor sua vontade ao Brasil devido a posição geográfica e o esforço de guerra que exigia negociações.

As discussões sobre o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos estiveram mais relacionadas às questões práticas do que ideológicas. Apesar de Dutra e Góes Monteiro admirarem a doutrina política alemã, a defesa destes generais não era no sentido de transferi-la para o Brasil, mas de obter os equipamentos modernos que a Alemanha poderia vender ao país. As convergências criadas pela guerra levaram as tendências dentro do governo a superar suas posições ideológicas, no momento em que se viram forçados a uma tomada de posição definitiva quanto ao fim da neutralidade e uma aliança declarada aos EUA.

Neste momento, o temor dos militares não era de uma americanização do Brasil, e sim de ficarem indefessos quanto a um possível ataque alemão. Mesmo diante dos alinhamentos preferências, que determinaram as concepções da política econômica, durante o comércio com a Alemanha, havia por parte dos militares uma compreensão de que naquela conjuntura os assuntos militares como a compra ou reposição de armamentos e munições e a vigilância das fronteiras, era fundamental para a segurança do Brasil e que os Estados Unidos eram o parceiro comercial capaz de suprir as necessidades imediatas naquele momento.

Durante os anos de guerra, Getúlio Vargas evidenciou toda sua astúcia política no sentido de definir, na hora certa, qual seria o rumo que o Brasil deveria seguir. Todavia não e deve desprezar a figura de Oswaldo Aranha por quem Roosevelt e toda sua equipe nutria grande respeito e confiança desde os tempos de embaixador do Brasil em Washington. Sua defesa veemente foi sempre no sentido de manter um alinhamento negociado e não subordinado com os Estados Unidos, apesar do fascínio e admiração recíprocos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecer a trajetória de Oswaldo Aranha é fundamental para compreender não só a Política Externa brasileira, mas também os bastidores da política do Estado Novo. A imagem pessoal de Aranha, descrita por seus biógrafos mostra um homem inteligente, generoso com os amigos e correligionários, sagaz e negociador nato, com boa capacidade de persuasão e convencimento através da oralidade e da escrita. Suas origens aristocráticas e sua formação humanística o fez desenvolver, através do estudo do direito, uma posição de ação firme diante das demandas a qual foi submetido.

Atuou diretamente junto aos governos brasileiro e norte americano na condução da Política Externa brasileira do Estado Novo e manteve com aquele governo uma relação negociada. A aliança celebrada na conferência interamericana de 1942 no Rio de Janeiro, após a declaração de guerra aos países do Eixo, foi fruto de um longo processo de negociações na qual as posições desiguais davam aos dois lados o direito de fazer reivindicações resultando num processo de concessões de ambas as partes. Vargas soube usar a resistência dos militares como uma espécie de moeda de trocas e garantiu o reequipamento das forças armadas. Por sua vez, o governo norte-americano obteve em troca o controle estratégico da América do Sul, já que garantiu o controle tanto das bases militares do Nordeste brasileiro, como do tráfego costeiro.

Durante toda sua atuação política no governo do Estado Novo, Oswaldo Aranha conviveu com as pressões originadas nos grupos políticos internos pró-germânicos. Sua atuação demonstrou coerência com seus ideais, pois, ao contrário, estaria indo contra seus princípios, caso defendesse posição favorável a uma aliança mais ampla com a Alemanha nazista. Aranha carregava sim a influência política e cultural dos Estados Unidos, mas, acima de tudo defendeu sempre uma aliança econômica com o mesmo. Como bom conhecedor da conjuntura política internacional, atuou de forma a manter Vargas sempre bem informado principalmente em sua atuação como Embaixador Brasileiro em Washington.

Já, seu desempenho como Chanceler foi fundamental para definir a aliança com os Estados Unidos em 1942, uma vez que, para Roosevelt e sua equipe, ele era a pessoa de referência, na qual mais confiavam. Os acordos firmados com os Estados Unidos para compra de armamentos têm suas origens em conversas diplomáticas tidas por Oswaldo Aranha, ainda em 1939 quando defendeu a troca de visitas de Marshall e Góes Monteiro, dando início assim a possibilidade de relacionamento entre os dois chefes militares, cujas posições ideológicas eram inteiramente opostas.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois séculos de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BUENO, Clodoaldo. **Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961)**. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2010.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Tio Sam Chega ao Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Sucessos e Ilusões**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

\_\_\_\_\_ **Relações exteriores do Brasil 1939-1950:** mudanças na natureza das relações Brasil Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

RENOUVIN. Pierre; DUROSELLE. Jean-Baptiste. Introdução à história das relações internacionais. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos:** 1930-1942. São Paulo: Nacional, 1985,

STEINERT, Marlis G. A decisão em matéria de política externa: Ensaio sobre a utilização das teorias. In: DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.